

## Congresso impõe condições

O Congresso Nacional deu clara demonstração de que se acha ciente de suas responsabilidades quando votou a Medida Provisória de nº 32, justamente o cerne por excelência do Plano Verão. Quando a geração de impasse nas negociações provocava insegurança interna e externamente, os líderes das forças majoritárias no Parlamento souberam conduzir seus liderados para solução de compromisso digna da instituição legislativa.

O Congresso concordou em aprovar a última e desesperada tentativa do Governo Sarney para domar o monstro inflacionário, impondo concessões que julgava indispensáveis, como reparos a perdas salariais dos trabalhadores, proteção aos agricultores no crédito rural, a manutenção do Iapás na Previdência e melhor exame da desestatização.

Sensatamente, a maioria parlamentar entende que a transferência do Iapás para o Ministério da Fazenda constitui risco à segurança e incolumidade do fundo securitário dos trabalhadores, formado por contribuições compulsórias que não podem ser confundidas com arrecadação de tributos. Misturar tais recursos com a receita do Tesouro envolveria riscos que o Congresso não deseja correr.

O bom senso da maioria esmagadora também repeliu a execução de amplo programa de desestatização sem que seus limites ficassem claramente definidos. O Congresso julgou acertadamente que a desestatização envolve riscos que não pode-

riam ser devidamente pesados se a instituição tivesse que examinar suas implicações no exíguo prazo concedido pelas medidas provisórias.

Como o Legislativo recusou-se a dar cheque em branco ao Governo para promover amplo programa de privatização, o Presidente terá de submeter o plano através de projeto de lei. Os congressistas, em sua grande parte, concordam com a necessidade de privatizar determinadas estatais ineficientes e perdulárias, mas querem examinar caso a caso, porque julgam indispensável a presença do Estado em setores estratégicos.

Se há consenso quanto à necessidade de diminuir a exagerada presença do Estado na economia, existe igualmente o receio de que se promova uma privatização indiscriminada, que acabe provocando problemas para o País. O ex-ministro Aureliano Chaves, que não pode ser acusado de qualquer engajamento ideológico, considera indispensável que o Congresso seja chamado a julgar qualquer processo de privatização.

Em país de economia subdesenvolvida, a intervenção estatal constitui, algumas, vezes, imperativo de soberania ou de justiça social. Muitos empresários a reclamam quando precisam viabilizar suas empresas ameaçadas de *débâclé*, para condená-la quando se trata de usar instrumento adequado a promover o bem-estar social. Ao aprovar o cerne do Plano Verão, o Congresso assume suas responsabilidades.

30 JAN 1989

CORREIO BRAZILIENSE